

INSTITUTO	SOCIOAMBIENTAL
data	21 / 10 / 98
cod	01B.D 00347

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR

Boa Vista-RR, 12 de Janeiro de 1998 - Assessoria de Comunicação - Pablo Sérgio (095) 971-1270

CIR realiza XXV Assembléia

No período de 8 a 11 de janeiro, o Conselho Indígena de Roraima-CIR realizou a XXV Assembléia Geral dos Tuxauas, na maloca Bismark (cerca de 200 quilômetros de Boa Vista).

Os povos Macuxi, Wapixana, Ingariçó, Wai-Wai e Yanomami estavam representados por 106 tuxauas e mais de 400 acompanhantes, além de representantes da Fundação Nacional do Índio, Médicos Sem Fronteira, Diocese de Roraima, Comissão Pastoral da Terra-CPT, Instituto Sócio Ambiental de Brasília-ISA, Fundação Nacional de Saúde, entre outras entidades convidadas.

Os participantes da Assembléia Geral dos tuxauas fizeram uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo CIR no ano que passou e chegaram a conclusão de que o conselho conseguiu se consolidar perante as autoridades constituídas, demonstrando que as lideranças indígenas possuem capacidade para gerenciar as questões específicas dos povos indígenas e estão abertas para debater sobre os principais problemas que atingem a população do estado, sendo capazes de apresentar propostas concretas para o desenvolvimento de Roraima.

Um ponto de destaque do trabalho do CIR em 95 foi a campanha pela demarcação da Raposa Serra do Sol desenvolvida no Brasil e no exterior. Durante a campanha foram realizados dois seminários para debater sobre questões específicas da demarcação e os projetos de auto-sustentação que as comunidades indígenas em Roraima desejam colocar em prática.



Os seminários aconteceram no município de Normandia (junho/95) e Boa Vista (agosto/95) reunindo a classe política e demais envolvidos na questão. No seminário realizado em Boa Vista pôde-se contar com a presença do governador do estado, Neudo Campos e do Amapá, João Capiberibe.

Falando sobre o papel do CIR diante das dificuldades que os indígenas enfrentam em Roraima, o vice-coordenador do conselho disse que "a solução de muitos problemas não dependem exclusivamente do CIR mas das autoridades constituídas, nesses casos o que podemos fazer é encaminhar o ofício solicitando providências, mesmo assim conseguimos encaminhar nossas denúncias e reivindicações, principalmente através da imprensa, demonstrando que não estamos calados diante das injustiças contra o nosso povo".

Uma denúncia de maior incidência feita pelos tuxauas ao longo do ano que passou foi quanto ao roubo de gado, segundo estatísticas do CIR apenas nos primeiros seis meses de 95 foram roubadas cerca de 300 cabeças de gado, sem que os culpados fossem punidos.

Neste sentido o tuxaua Severino, da maloca Cajú, propôs "nós tuxauas é que devemos acabar com o problema de roubo de gado em nossas comunidades, precisamos cuidar melhor do nosso gado, fazendo curral para dar proteção ao que é nosso, porque, hoje, nos roubam, fazemos denúncias, mas não temos nosso gado de volta. Se evitarmos o roubo do gado, vamos permitir que nossos parentes no conselho possam pensar em outras questões".

Além da avaliação dos trabalhos do CIR foram discutidos temas como Saúde, Educação, Auto-sustentação e mudança do decreto 22/91.

No item Saúde, os participantes da assembléia constataram que houve um crescimento significativo no serviço de atendimento médico laboratorial das comunidades indígenas, essa melhoria começou a surgir a partir da organização do Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena-NISI (formado por entidades que dão assistência médica nas terras indígenas), que tem como secretário geral o índio macuxi Clóvis Ambrósio, representante do CIR no núcleo de saúde.

No ano que passou o NISI fez um investimento grande na formação de agentes de saúde indígena e na assessoria de construção de novos postos de saúde feitos pelas próprias comunidades.

O chefe da Divisão de educação Indígena-DEI, da secretária estadual de educação, o índio wapixana Sebastião Bento da Silva, esteve na assembleia e relatou o quadro atual da educação indígena em Roraima.

Segundo ele, a DEI encerrou o ano de 95 com um total de 5.501 alunos indígenas, distribuídos em 129 escolas nos municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Normandia e São João da Baliza, com 356 professores.

Sebastião Bento pediu apoio nos tuxauas para melhorar a educação nas malocas, lamentou o alto índice de reprovação ocorrido em 95. Entretanto, disse desconhecer as causas. Ele disse também que a DEI estuda a implantação de novas escolas, principalmente nos municípios de Boa Vista e Normandia.

Um dos temas que mais envolveu as lideranças indígenas foi quanto realizaram o debate sobre a auto-sustentação. Os tuxauas apresentaram um levantamento da realidade indígena em Roraima e decidiram que uma de suas principais prioridades será a consolidação de atividades que possam trazer uma autonomia financeira. O compromisso assumido por todos foi o de intensificar os projetos que já são desenvolvidos nas comunidades como o projeto do gado, de semente e costura, confecção de artesanato e produção de café, entre outros.

A Assembleia Geral dos Tuxauas debateu também sobre política partidária. Ficou claro para os tuxauas que os vereadores, prefeitos, deputados federais, senadores e governador não possuem compromisso com os interesses dos povos indígenas, porém no período de eleição entram nas comunidades fazendo promessas, distribuindo camisetas, bonés etc., com o objetivo único de unir os parentes indígenas e conquistar o voto.

Os participantes da assembleia promovida pelo CIR decidiram, que vão iniciar um trabalho de conscientização para evitar que os políticos ingressem nas comunidades e enganem os parentes, ao

mesmo tempo pretendem ter uma participação política direta, com o lançamento de candidaturas indígenas através de partidos que possuam dentro de seu programa partidário um compromisso explícito com a causa indígena.

Durante a XXV Assembléia o líder Ynuomami, Davi Kopenawa, denunciou que na terra de seu povo está avendo novas invações de garimpeiros ocasionado as devastação da floresta e o aumento das doenças do branco no meio dos yanomami.

O bispo da Diocese de Roraima, Aldo Mongiano, deslocou-se de Boa Vista para a maloca Bismark para fazer suas despedidas aos índios de Roraima, segundo ele, nos próximos dias o papa estará indicando um novo nome para ficar a frente da Igreja Católica em Roraima. Dom Aldo agradeceu o apoio recebido durante os 20 anos em que foi bispo em Roraima e motivou os índios a trabalharem com intensidade para garantir sua auto-sustentação.

Na avaliação do coordenador do CIR, Nelino Galé a realização desta assembléia veio fortalecer ainda mais o trabalho que o CIR vem realizando na defesa dos povos indígenas de Roraima e contribuir para a elaboração de um planejamento eficaz para que os índios possam viver dignamente sem depender da política assistencialista e interesseira dos governos estadual e municipais. "Somos capazes de nos organizar e defender os nossos interesses. Nossa principal arma nos momentos difíceis é a união de nossos parentes e o trabalho organizado para garantirmos a nossa sobrevivência e a de nossos filhos", disse Galé.

FUNAI:

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Márcio Santilli, por questões pessoais ficou impossibilitado de participar da XXV Assembléia Geral dos Tuxauas, por isso enviou o diretor de Assistência da Funai em Brasília, o indigenista Ariovaldo José dos Santos.

Ariovaldo disse que é interesse do presidente da Funai realizar uma reunião com as lideranças indígenas de Roraima no prazo máximo de seis meses para discutir sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol, e outras questões relacionadas a vida diária das comunidades indígenas no estado.

O representante de Márcio Santilli declarou que para o trabalho que a atual direção da Funai vem procurando efetivar, é importante que os indígenas estejam organizados e discutam formas de garantir sua autonomia sócio-econômica, gerenciando seus problemas específicos e fazendo com que os agentes da fundação assumam o papel de assessores, de acordo com as necessidades e a realidade de cada comunidade.

Dentro disso Arivaldo elogiou a forma com que os povos indígenas de Roraima estão organizados na luta pelos seus interesses. Ao mesmo tempo colocou a estrutura da Funai a disposição do conselho indígena para desenvolverem um trabalho de parceria, garantindo a autonomia e a independência de cada instituição.

O chefe de assistência da Funai disse que já existe um programa de reforma administrativa da FUNAI que objetiva adequar a instituição às reais necessidades das comunidades indígenas no país.

Segundo ele este programa se fundamenta basicamente num treinamento permanente aos 3.750 funcionários da fundação, fazendo com que todos possam desempenhar bem suas funções, valorização dos profissionais que exercem suas atividades com qualidade, havendo possibilidade de gratificação por produtividade.

Neste ponto, Arivaldo esclareceu que será feito um sistema de controle eficaz para fiscalizar o desempenho dos funcionários, de forma individual e coletiva. Ainda, dentro deste programa ele disse que será necessário uma complementação do quadro funcional com o devido remanejamento em algumas regiões.

Decreto 22

Para ele as alterações no Decreto 22/91, não vão prejudicar a demarcação das terras já homologadas em cartório, mas "irá retardar um pouco mais as que estão em fase de discussão, porque, havendo mais de uma proposta demarcatória para determinada área é normal que a definição demore um pouco mais" esclareceu Arivaldo.

Ele declarou, também, que a Funai desconhecia a redação final das alterações do Decreto/22 porque ela foi feita pelo Ministério da Justiça.

Questionado sobre a não aceitação das organizações indígenas do Brasil para com a nova versão do decreto, Ariovaldo, afirmou que no momento uma das prioridades da Funai é quanto a demarcação das terras indígenas que já foram identificadas e que a norma é para que todos os agentes da fundação estejam alertas para impedir que os índios percam os seus direitos.

O líder Davi Yanomami disse que o decreto/22, em sua versão original, foi fruto de um trabalho consistente dos próprios índios e que estas alterações podem gerar novos riscos para as comunidades indígenas, como a entrada de garimpeiros e fazendeiros nas terras indígenas. Davi declarou que no momento o primeiro passo para garantir os direitos constitucionais das terras será a mobilização e a união permanente das organizações indígenas e entidades de apoio de todo o país para fazer prevalecer o que manda a lei maior do Brasil.

Para Nellno galé "a Raposa Serra do Sol já está demarcada pelo limite dos rios, das serras e das malocas, o que está faltando é apenas o reconhecimento oficial das autoridades constituídas. Pôr isso vamos continuar nosso trabalho para garantir a auto-sustentação de nossas comunidades e, até, mesmo, darmos a nossa contribuição no desenvolvimento econômico de Roraima".

Quanto as outras áreas que poderão ser alteradas por conta da nova versão do Decreto 22/91 Galé disse que o CIR vai continuar na luta Pelos interesses dos povos indígenas do estado e que uma das conseqüências do novo decreto será o fortalecimento da luta e da organização indígena em todo o país.